

**ACTA N.º 24/2011**

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 20.DEZEMBRO.2011**

----- Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, nesta vila de Arouca e Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Arouca, sob a Presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, e com a presença dos Vereadores senhores Isabel Maria Soares Brandão de Vasconcelos, Albino Soares de Oliveira, Margarida Maria de Sousa Correia Belém, Manuel Artur de Almeida Miler e Paulo Sérgio Martins Teixeira.-----

----- Pelas 14.30 horas o senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- Faltou o Vereador senhor António Henrique Fernandes Cruz.-----

**----- I — PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

----- O Vereador senhor Paulo Teixeira pediu a palavra para:-----

----- **1.** Se referir às dificuldades no trânsito na Avenida 25 de Abril em frente à Escola Secundária por força do acesso a partir daquela artéria à escola e alertou para o mau estado em que se encontram as lombas que lá foram construídas;-----

----- **2.** Alertar para a existência de um sinal rodoviário colocado no final do viaduto da Pedra Má da via estruturante, que alerta para o fim da via de lentos já depois dela ter terminado;-----

----- **3.** Perguntar se o derrube do muro localizado a sul do parque da vila estava previsto no projecto de requalificação do centro urbano.-----

----- A estas questões o senhor Presidente respondeu que:-----

----- **1.** As dificuldades do trânsito no local não se agravaram de forma muito significativa, não passando de uns ligeiros minutos em que fica mais congestionado. Que as passagens para peões e as lombas correspondentes foram executadas de forma deficiente, tendo já sido alertada a Parque Escolar para a necessidade de se proceder à sua reparação;-----

----- **2.** Vai mandar verificar a situação e reforçar junto da empresa Estradas de Portugal o pedido já feito para que seja feita a repintura da sinalização horizontal daquela via;-----

----- **3.** Aquando da elaboração do projecto da intervenção o IGESPAR não mostrou abertura de molde a permitir a intervenção naquele muro. No entanto, tendo-se verificado posteriormente que o muro ameaçava ruína, aproveitou-se o ensejo para proceder a sondagens de toda a envolvente do pombal no sentido de avaliar a melhor solução de intervenção, o que será feito sempre de acordo e sob orientação do referido IGESPAR, não existindo neste momento qualquer solução definitiva, que só será proposta após parecer daquela entidade e decisão da Câmara.-----

20.12.2011

----- Na sequência da resposta que antecede o Vereador senhor Paulo Teixeira referiu que não estando de acordo ou em desacordo com a solução definitiva, porque a desconhece, lamenta a metodologia de todo o processo até ao momento. -----

----- O Vereador senhor Artur Miler pediu a palavra para: -----

----- 1. A propósito do derrube do muro referido pelo Vereador Paulo Teixeira, dizer que embora concorde que este obstaculiza uma melhor visualização do parque e do pombal; que embora compreenda que com a remoção da terra do interior deixou de ter cabimento a função inicial, ou seja, a de muro de suporte; que essa remoção de terras é que terá criado a instabilidade na sua segurança, acha que não foi seguida a metodologia normal para esta obra e que essa falta de metodologia, infelizmente, segundo informação do senhor Presidente, foi corroborada pelo IGESPAR; -----

----- 2. Alertar para a existência de um lençol de água na Rua de Vila Nova, nas imediações das instalações da AICIA, provocado, ao que julga, pela obstrução das sarjetas. -----

----- A estas questões o senhor Presidente respondeu que: -----

----- 1. A metodologia seguida é exactamente a mesma que é seguida em qualquer projecto, ou seja, antes de se elaborar um projecto tem sempre de se sondar o terreno, que é o que se está a fazer. Contudo, no caso concreto, da sondagem que está a ser executada resultará a decisão a tomar não só pela Câmara como também pelo IGESPAR e que virá a ser desenvolvida pelo autor do projecto; -----

----- 2. Vai mandar verificar a situação. -----

----- **II — PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **01. ACTA:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara a acta número 23/2011, relativa à reunião ordinária de 6 de Dezembro corrente. -----

----- Achada conforme, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprová-la. -

----- **02. JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** -----

----- Nada a registar. -----

----- **03. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA:** -----

----- Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número 240, do dia de ontem, que apresenta um saldo em disponibilidades no valor global de €1.910.276,64 (um milhão noventa e seis mil duzentos e setenta e seis euros e sessenta e quatro centimos), correspondente a operações orçamentais e não orçamentais, nos valores de, respectivamente, €1.287.185,43 (um milhão duzentos e oitenta e sete mil cento e oitenta e cinco euros e quarenta e três centimos) e €623.091,21 (seiscentos e vinte e três mil noventa e um euros e vinte e um centimos).-----

20.12.2011

----- A Câmara tomou conhecimento.-----

**----- 04. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 23.ª ALTERAÇÃO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a 23.ª alteração às Grandes Opções do Plano para o ano em curso, instruída com o mapa discriminativo dos projectos/acções a alterar, da qual resulta um reforço da dotação global definida no valor de €6.000,00 (seis mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

**----- 05. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO – 23.ª ALTERAÇÃO: -----**

----- Foi presente a 23.ª alteração ao Orçamento para o ano em curso, acompanhada dos mapas de discriminação respectivos, em que são reforçadas várias rubricas com o valor global de €63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos euros) documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.--

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar o documento que antecede.-----

**----- 06. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara a proposta definitiva das Grandes Opções do Plano para 2012, integrando o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriénio de 2012/2015, elaborada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei número 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cujo valor da dotação das acções e dos projectos nela contemplados importa, no primeiro ano, em €19.760.000,00 (dezanove milhões setecentos e sessenta mil euros) sendo €17.800.000,00 (dezassete milhões oitocentos mil euros) definida, e €1.960.000,00 (um milhão novecentos e sessenta mil euros) a definir, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, aprovar o documento que antecede e mandar submete-lo à consideração da Assembleia Municipal, votando contra os Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira que justificaram o seu voto com a seguinte declaração: -----

----- “Da análise a estas GOP concluímos que o Executivo socialista continua a lançar obras, a promover iniciativas e a apoiar projectos que pouco ajudam ao bem-estar e qualidade de vida da população do nosso concelho. -----

----- Apenas se preocupa em aproveitar as possibilidades de financiamento oferecidas pelo QREN, mesmo que esse mecanismo de financiamento esteja virado para acções de reduzido interesse para o Município. É nossa convicção que para um QREN desajustado às realidades de municípios como o nosso há

20.12.2011

que adaptar o que queremos e nos interessa às realidades do referido QREN. Só assim este concelho poderá ter fatores de atração e motivação para o investimento e gerar riqueza. -----

----- A tão falada crise, económica e financeira, terá consequências sociais a todos os níveis e não sabemos ainda exatamente quais e até onde se estenderão. Mas temos, pelo menos, uma certeza: sem emprego fora de Arouca, os arouquenses espalhados pelo mundo tenderão a regressar à sua terra em busca da sua sobrevivência; por outro lado, os arouquenses que não conseguem emprego na sua terra tenderão a procurar emprego noutras paragens, desertificando ainda mais a sua terra. Ambos os cenários são maus pelo que o desenvolvimento económico de Arouca será a solução. E esse desenvolvimento passa, sobretudo, por uma estratégia de criação de serviços e infra-estruturas que visem a fixação de famílias. -----

----- Há muito que a nossa preocupação é esta e é para este objectivo que todo o nosso trabalho está direccionado e não é demais repeti-lo: queremos criar as condições para gerar emprego, queremos um território coeso, queremos atrair novos investimentos, fixar população, nomeadamente os jovens. -----

----- Queremos que Arouca seja um município criativo, dinâmico e empreendedor, um concelho com um futuro de excelência para nós e para as próximas gerações. -----

----- Estas GOP mantêm a aposta em projectos sociais e para a promoção do turismo de uma parte cada vez menos considerável das populações! Serão, infelizmente, a médio, para não dizer curto prazo, projectos sociais elitistas e projectos turísticos de pequena dimensão e, como tal, pouco potenciadores de um desenvolvimento exponencial da riqueza dos arouquenses. Infelizmente ... -----

----- Estes documentos previsionais traduzem as opções estratégicas de gestão e as prioridades políticas do actual Executivo Municipal o qual teve, nas últimas eleições autárquicas, uma maioria absoluta, um inequívoco voto de confiança dos munícipes. -----

----- Incumbe ao PSD Arouca a denuncia e alerta de algumas más opções e a chamada de atenção a esses mesmos munícipes para muitas incongruências e alguns dislates que o executivo eleito vai operando a coberto desse auto-proclamado poder absoluto. -----

----- O montante global do Orçamento para 2012 ultrapassa os 26 milhões de euros, e as Grandes Opções do Plano prevêem um investimento municipal de mais de 19 milhões de euros. Apenas menos 3 milhões de euros (8,6%) que em 2011. -----

----- Detenhamo-nos, por isso, em algumas áreas do programa de investimentos das GOP para o próximo ano de 2012: -----

----- EDUCAÇÃO -----

20.12.2011

----- O facto de os pólos escolares já construídos estarem sobredimensionados para a população escolar atual e mais ainda para a população escolar futura, bem como a mudança de terminologia usada para a ampliação dos futuros pólos escolares – **Centro Local** – vem confirmar uma de duas situações: ou a Carta Educativa de Arouca não está a ser cumprida ou está desatualizada. Por isso, já deveria ter sido alvo de uma prévia retificação. -----

----- O Centro escolar de Alvarenga é contemplado com uma verba maior (€774.000) que o somatório dos Centros Locais de Tropeço, Mansores e Moldes (€250.000 cada), apesar de ter menor número de alunos que estes três! -----

#### ----- AÇÃO SOCIAL -----

----- Os apoios e subsídios para situações de carência extrema passam de €25.000 para apenas €24.000. Com a crise, esta Câmara perspetiva menor carência! -----

#### ----- HABITAÇÃO SOCIAL -----

----- A infra estruturação de terrenos com uma verba de €250.000 em 2011 e com um total previsto de €1.000.000 até 2014, aparece agora com uma dotação única de €10.000! -----

----- Já o muito publicitado projeto das quintas sociais estacionou nos €5.000 definidos desde 2008. Realizado, zero. -----

#### ----- ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- Mantém a prevista intervenção na Praça Brandão de Vasconcelos (€146.000) embora com uma verba bastante menor que a prevista nas GOP do ano anterior (€347.600). Embora não o reconheça, este executivo parece pretender arrepiar caminho e estar mais sensibilizado para a preservação daquele espaço histórico único. Esperamos que a intervenção ainda seja mais aligeirada. -----

----- Também a prevista mega operação de intervenção na Alameda D. Domingos de Pinho Brandão, orçada em €551.400 nas GOP do ano passado, vê agora o seu financiamento previsto reduzido para uns singelos €150.000. ainda bem que foi acolhida, embora apenas parcialmente, a sugestão do PSD Arouca.

Porém, e lamentavelmente, continuamos a assistir ao adiamento eterno da mais que necessária requalificação do espaço ocupado pela inestética cabina elétrica nas traseiras do edifício do Cinema. Porquê? -----

----- Repugnamos o facto de os arranjos urbanísticos previstos para os Centros de Freguesias como Moldes, Fermedo, Espiunca e Mato estarem contemplados apenas com um financiamento definido de €10.000 para um total esperado de €50.000 para cada freguesia. Isto quando no diminuto espaço das traseiras da Caixa de Crédito Agrícola são gastos mais de €75.000! Parece que cada uma daquelas freguesias tem menos importância que um logradouro entre prédios no centro da Vila. -----

20.12.2011

----- O PSD Arouca volta a realçar que só um investimento a sério nos centros urbanos das freguesias promoverá a fixação das famílias e evitará a desertificação das freguesias mais interiores e periféricas. -----

----- SANEAMENTO -----

----- Apraz-nos registar um significativo reforço de verba para o “Serviço de tratamento de esgotos” o qual sobe de €20.000 em 2011 para €170.000 em 2012, embora com um financiamento que nos parece de todo ainda muito insuficiente dadas as grandes e múltiplas intervenções, urgentes e necessárias de serem efetuadas neste setor, a bem da natureza e da qualidade de vida do nosso concelho. O PSD Arouca propõe um Plano Integrado de Recolha de Resíduos nas freguesias não servidas pela empresa de recolha, a colocação de contentores subterrâneos substituindo os atuais, e promovendo a recolha generalizada de óleos usados.

A rubrica “Estudos e Planos no âmbito da Agenda XXI”, um projeto que se arrastou pelas GOP desde 2004 com uma verba simbólica de €100, desaparece destas GOP, o que se lamenta. -----

----- AGRICULTURA E SILVICULTURA -----

----- Realce negativo para o ponto “Obras de beneficiação de caminhos agrícolas” contempladas nas GOP anteriores com €10.000 mas com realização zero. Agora, nestas GOP, com uma verba simbólica de €100. É assim que se apoia esta área carente e cada vez mais necessária? -----

----- Apenas um caminho vai sofrer obras - o da Cardenha, em Rossas - o qual, conjuntamente com o caminho turístico-florestal de Meitriz a Alvarenga consomem 99% da verba deste setor. O mesmo bastou para fazer “disparar” a anterior dotação deste setor de 1,62% para os atuais 2,34%. -----

----- As GOP anteriores previam um financiamento de €30.000 destinados ao licenciamento de alguns produtos vendidos na “Feirinha de produtos do campo”. No entanto, realizado: zero. Agora apenas €5.000 previstos para uma realização que antevemos novamente nula. -----

----- Pobre dos agricultores tradicionais a quem o Estado não ajuda e a autarquia também se esquia de ajudar. A eles que são a base principal do nosso paisagismo agrícola e da nossa ruralidade que tanto apregoamos como mais valia turística. -----

----- INDÚSTRIA -----

----- Tal como previmos no ano transato o ano de 2011 fica assinalado como aquele em que este executivo agarrou um projecto do PSD-Arouca e o inseriu em Plano nestas GOP com uma dotação de €10.000 e prevê dar-lhe continuidade em 2013, com mais €300.000 e em 2014 com mais €200.000. Anteriormente designado por “Infra-estruturas para outras instalações industriais” e agora sob a designação de Proj/Construção de Pavilhão Industrial Múltiplo para “Ninho de Empresas”, o executivo socialista admite agora a intenção. Louvamos a iniciativa porque se está a dar início ao inovador Projecto do PSD-Arouca, ou seja, ao embrião da mais que urgente aposta na vertente social de parte deste sector. É, sem sombra de dúvida, um

20.12.2011

promissor vector estratégico para a promoção do emprego e para o desenvolvimento económico do concelho de Arouca. -----

----- Alertamos para a predivel urgência de reformulação dos objetivos que estiveram na génese do Parque de Negócios em Escariz pois todos sabemos que é difícil competir no investimento industrial em tempo de crise. -----

----- RODOVIAS -----

----- Interessante o projeto de abertura e construção de uma nova via de ligação da Ponte da Ribeira ao Rossio, num total previsto de mais de 5 milhões de euros, projeto com verba simbólica e que ficará a aguardar financiamento sabe-se lá até quando. No imediato urge alargar o pontão da Ribeira e proceder a obras de retificação e repavimentação da estrada da Costa, a atual estrada que liga a Ribeira ao Barbeito; se não há dinheiro para esta pequena obra é dúbio que haja para aquela. Mas valha a intenção que é boa. -----

----- A freguesia de Moldes é, finalmente, alvo de um projeto de construção de uma via de ligação entre a EM da Portela e o centro de Moldes. Mas os moldenses vão ter de esperar mais de dois anos porque esta será, certamente, obra eleitoralista. -----

----- TRANSFERÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA -----

----- Continuamos a ver uns míseros €275.000 para comparticipação na construção e beneficiação de caminhos públicos vicinais. Para 20 freguesias é, realmente, muito pouco. -----

----- Tarda um Programa de Modernização da Rede Viária Rural abrangente, que inclua uma extensa remodelação, retificação, alargamento e pavimentação de caminhos agrícolas -----

----- Resumindo, estas GOP demonstram uma estratégia mal definida, com muito poucos sinais de adaptação à nova realidade social e económica do país e de Arouca. E esses poucos e pequenos sinais, se não tiverem uma forte aposta, perder-se-ão no mercado económico-financeiro competitivo e de lucros minguados que aí virão. - -----

----- O PSD Arouca entende, pelo que se lhe é dado observar no dia a dia do executivo socialista desta Câmara, consubstanciado neste Orçamento e nestas GOP, que se insiste na “velha” política de embelezamento do município por meio de uma nova série de obras e respetivas inaugurações pré-eleitorais mais do que em prol do futuro dos arouquenses. -----

----- Aos Vereadores do PSD incumbe a tarefa de acautelar esses perigos e ser a voz de alerta com o voto contra este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano para 2012 da Câmara Municipal de Arouca.” -----

----- Em sequência, o senhor Presidente apresentou a seguinte declaração: -----

----- “A declaração de voto do PSD não é mais que um conjunto de generalidades que não traduzem qualquer alternativa política estratégica para o município. -----

20.12.2011

----- As GOP traduzem as opções estabelecidas amplamente sufragadas pelos arouquenses, em que as prioridades contemplam em primeiro lugar o sector da educação; em segundo o sector da habitação e serviços colectivos, onde se insere toda a área do ambiente; em terceiro o sector dos transportes e comunicações, logo seguidos por investimentos muito significativos na área do desenvolvimento económico onde se destaca a construção do Parque de Negócios de Escariz, e o sector do Turismo com destaque para os investimentos previstos para o desenvolvimento do turismo activo – infra-estruturas do Rio Paiva – bem como para os investimentos previstos na infra-estruturação dos geossítios associados ao Geoparque Arouca;-----

----- Destaque-se ainda os investimentos na área social com dotação superior a 1,6 M de euros, dando corpo à opção da Câmara em estruturar, à escala de todo o concelho, uma rede de apoio integrado aos idosos e à infância, como foi, desde o primeiro mandato, promessa desta Câmara. -----

----- A posição do PSD não assume mais do que frases feitas, sem qualquer conteúdo e sentido. -----

----- Não são sugeridas supressões de investimento nem acções a eliminar nem apontadas novas que substanciem alternativas devidamente qualificadas.” -----

#### ----- **07. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL/ORÇAMENTO PARA 2012:** -----

----- Foi também presente à consideração da Câmara a proposta definitiva de Orçamento para 2012, elaborada nos termos da norma atrás citada, cujo valor das receitas e das despesas orçadas importa em €26.041.000,00 (vinte e seis milhões e quarenta e um mil euros), documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com o voto contra dos Vereadores senhor Artur Miler e Paulo Teixeira, aprovar o documento que antecede e mandar submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal.-----

#### ----- **08. PESSOAL/MAPA DE PESSOAL PARA 2012:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o mapa de pessoal elaborado de acordo com as regras previstas nos artigos 4.º e 5.º da Lei número 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, documento que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por maioria, com as abstenções dos Vereadores senhores Artur Miler e Paulo Teixeira, aprovar o documento que antecede e mandar submete-lo à apreciação da Assembleia Municipal. -----

#### ----- **09. CULTURA/CLASSIFICAÇÃO DA “CASA GRANDE” OU “CASA DOS MALAFAIAS” – ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO:**-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, retirar este assunto da agenda por falta de elementos bastantes que habilitem à tomada de decisão.-----



20.12.2011

----- **10. CULTURA/CORAL MILLE VOCI – ASSOCIAÇÃO CULTURAL – EDIÇÃO DE CD ÁUDIO –**

**APOIO: -----**

----- Foi presente a carta registada sob o número 7.018, em 7 de Dezembro findo, de Mille Voci – Associação Cultural, com sede na Rua dos Clérigos, 58, 3.º, na cidade do Porto, a solicitar o apoio da Câmara para a edição do CD áudio, com o título “Rainha Santa – Canções de Arouca”, gravado durante o corrente ano, com um conjunto de músicas tradicionais de Arouca, trabalhadas especialmente para o efeito pelo compositor Fernando Valente. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adquirir cem unidades daquele CD, no valor global de €1.000,00 (mil euros) a título de comparticipação nas despesas com a respectiva edição, nos termos e com os fundamentos constantes da informação da Divisão de Cultura, Desporto e Turismo. -----

----- **11. ACÇÃO SOCIAL/PRESTAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL – CONCESSÃO: -----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara os seguintes pedidos de concessão de prestações de natureza social: -----

----- Registo n.º 6.592, de Sara Maria Valente Ferreira, residente em Vala, Tropeço, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com a elaboração do projecto de reabilitação da sua habitação; -----

----- Registo n.º 6.596, de Adília Soares da Silva, residente em Casais, Alvarenga, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares do seu educando Nuno Filipe; -----

----- Registo n.º 6.182, de Maria de Fátima Tavares, residente em Mizarela, Albergaria da Serra, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares do seu educando; -----

----- Registo n.º 5.965, de Maria Helena de Almeida Gonçalves Tavares, residente em Gestosa, Escariz, a solicitar a comparticipação da Câmara nos encargos com os transportes escolares dos seus educandos Ana e Júnio; -----

----- Foi ainda presente uma informação da Divisão de Educação e Acção Social a dar conta que foi contactada pela Comunidade Terapeutica de Meilão, a informar que, na sequência do acompanhamento ao jovem Paulo Jorge Pinho de Oliveira, este poderia ser ali admitido no dia 16 do corrente ano, contra o pagamento de uma mensalidade de €231,00 (duzentos e trinta e um euros), importância que o Serviço Local da Segurança Social irá suportar apenas a partir de do mês de Janeiro. Não tendo o utente qualquer possibilidade de pagar a importância correspondente ao período de 16 a 31 de Dezembro, aqueles serviços propõem a atribuição de um subsídio à referida Comunidade Terapeutica de Meilão destinado a participar naquelas despesas. -----

20.12.2011

----- Os pedidos e a informação referida foram analisados pela comissão criada por deliberação tomada na reunião de 17 de Novembro de 2009, tendo esta elaborado a proposta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta acta.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

**----- 12. URBANIZAÇÃO/VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO MARIALVA (PERCURSO/PISTA) – PROJECTO DE EXECUÇÃO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução para a valorização das margens do Rio Marialva (percurso/pista). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projecto. -----

**----- 13. URBANIZAÇÃO/VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DO RIO MARIALVA (ESTRUTURAS EM MADEIRA) – PROJECTO DE EXECUÇÃO: -----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução para a valorização das margens do Rio Marialva (estruturas em madeira). -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projecto. -----

**----- 14. URBANIZAÇÃO/ARRANJO URBANÍSTICO DO CENTRO DE ESPIUNCA – LIGAÇÃO DA E. M. 505 À PRAIA FLUVIAL E À ZONA CENTRAL – PROJECTO DE EXECUÇÃO:-----**

----- Foi presente à consideração da Câmara o projecto de execução para o arranjo urbanístico do centro de Espiunca – Ligação da E. M. 505 à praia fluvial e à zona central.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deixar o assunto para estudo.

**----- 15. ÁGUA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO ANALÍTICO DA QUALIDADE DA ÁGUA DE ABASTECIMENTO PARA CONSUMO HUMANO NO MUNICÍPIO DE AROUCA – ADJUDICAÇÃO: -**

----- Foram presentes à consideração da Câmara as propostas concorrentes ao concurso público para a prestação de serviços de controlo analítico da qualidade da água de abastecimento para consumo humano no município de Arouca, acompanhadas do relatório final do júri que procedeu à sua análise. -----

----- Face às conclusões do júri referido, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, adjudicar a referida prestação de serviços à concorrente LPQ – Laboratório Pró-Qualidade, Ld.<sup>a</sup>, pelo valor proposto de €19.984,50 (dezanove mil novecentos e oitenta e quatro euros e cinquenta cêntimos) e aprovar a minuta do contrato respectivo.-----

**----- 16. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/ZONA INDUSTRIAL DE S. DOMINGOS – ACÇÃO JUDICIAL – MINUTA DE TRANSACÇÃO:-----**

20.12.2011

----- Por deliberação tomada na reunião de 16 de Maio de 2006, a Câmara deliberou proceder à resolução do contrato de compra e venda do lote número 8 da Zona Industrial de S. Domingos, desta vila, celebrado com Carlos Sousa, Ld.<sup>a</sup>. -----

----- No entanto, no decurso da acção judicial correspondente, que corre os seus termos no Tribunal Judicial de Arouca sob o número 347/07.5TBARC, foi estabelecido um acordo pelo qual o município concede à adquirente do lote mais um prazo para que cumpra as obrigações assumidas aquando da aquisição daquele lote, acordo esse cujos termos constam da minuta que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta acta. --- -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela minuta. -----

**----- 17. DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL/ZONA INDUSTRIAL DA MATA, AROUCA - ACÇÃO JUDICIAL - MINUTA DE TRANSACÇÃO – ALTERAÇÃO: -----**

----- Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte proposta: -----

----- “Pela senhora Dr.<sup>a</sup> Manuela Rebelo, em representação da sua constituinte, Adalberto da Costa Rocha e Filhos, Lda, foi proposta uma alteração à minuta da transacção a efectuar no processo n.º 214/11.8 TBARC, aprovada em reunião da Câmara Municipal de 06/12/2011, no sentido de que a cláusula 2.<sup>a</sup> da mesma passe a ter a seguinte redacção: -----

----- 2. Durante o prazo de 5 anos contados da data do trânsito em julgado da sentença homologatória da transacção, o lote de terreno, bem como os edifícios neles construídos, não poderão ser alienados entre vivos, arrendados ou onerados, nem tão pouco poderá ser cedido o seu gozo a qualquer título, excepto se a alienação, arrendamento, ou cedência for feita a favor de sociedade por quotas, legalmente constituída, na qual a Ré seja sócia com mais de cinquenta por cento do capital social. -----

----- § É contudo permitida a constituição de hipoteca sobre o lote para garantia de financiamento à construção do edifício e equipamento a instalar quando obtido junto de instituições de crédito. -----

----- Uma vez que tal redacção corresponde à da cláusula 4.<sup>a</sup> da escritura de compra e venda do lote outorgada com a sociedade Adalberto da Costa Rocha e Filhos, Lda, proponho a aprovação da alteração sugerida.” -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquela proposta. -----

**----- 18. TURISMO/DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ACTIVO – ESTRUTURA DE APOIO EM ESPIUNCA – PROJECTO DE EXECUÇÃO: -----**

----- Foi presente o projecto de execução referente a “Desenvolvimento do Turismo Activo – Estrutura de Apoio em Espiunca”. -----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele projecto. -----

20.12.2011

----- **19. REDE VIÁRIA/PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO DE MEITRIZ (JANARDE) ALTO DO MEROUÇAL (ALVARENGA) – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE:** -----

----- Foi presente à consideração da Câmara o plano de segurança e saúde referente à empreitada em epígrafe. - -----

----- Face à informação da DOM, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar aquele plano.-----

----- **20. LICENCIAMENTO DE OBRAS/SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE AROUCA – ISENÇÃO DE TAXAS:** -----

----- Foi presente a carta registada sob o número 6.926, em 2 de Dezembro findo, da Santa Casa da Misericórdia de Arouca, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença para construção da creche, a que se refere o processo de obras número 230/2008.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido.-----

----- **21. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ ARMANDO PINHO COSTA – ISENÇÃO DE TAXAS:** ---

----- Foi presente a carta registada sob o número 1.736/DGU, em 11 de Novembro findo, de José Armando Pinho Costa, residente em Costa, Rossas, a solicitar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão do alvará de licença refere ao processo de obras número 85/2011.-----

----- Face à informação da DEAS, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, indeferir o pedido, por não estarem reunidos os pressupostos de que o Regulamento para a Concessão de Prestações de Natureza Social faz depender a concessão do apoio pretendido.-----

----- **22. LICENCIAMENTO DE OBRAS/JOSÉ BRANDÃO PEDRO, (TOJAL, CHAVE):**-----

----- Foi presente o processo de obras número 97/08, de José Brandão Pedro, residente no Largo 3 de Fevereiro, 110, 5.º Dt.º, cidade do Porto, acompanhado da informação da DGU a dar conta que o requerente não apresentou, dentro do prazo legalmente fixado, os correspondentes projectos das especialidades, pelo que, nos termos do n.º 2, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março, deve ser declarada a caducidade do licenciamento.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo.-----

----- **23. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ALFREDO DE PINHO SEABRA, (OUTEIRO DE MOUROS, CHAVE):** -----

----- Foi presente o processo de obras número 172/2007, de Alfredo de Pinho Seabra, residente em Coto da Lavadinha, Chave, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, não tendo sido requerida a

20.12.2011

emissão do alvará de licença respectivo, dever ser declarada a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 5, art.º 71.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo. -----

**----- 24. LICENCIAMENTO DE OBRAS/NORVINDA GOMES DE OLIVEIRA, (CASAL, CHAVE): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 368/02, de Norvinda Gomes de Oliveira, residente em Gestosa, Escariz, acompanhada da informação da DGU a dar conta que o requerente não apresentou, dentro do prazo legalmente fixado, os correspondentes projectos das especialidades, pelo que, nos termos do n.º 2, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março, deve ser declarada a caducidade do licenciamento. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo. -----

**----- 25. LICENCIAMENTO DE OBRAS/ARMINDA GOMES DE PINHO, (SEIXIDO, TROPEÇO): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 283/93, de Arminda Gomes de Pinho, residente em Romariz, Burgo, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, não tendo sido requerida a emissão do alvará de licença respectivo, dever ser declarada a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 5, art.º 71.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo. -----

**----- 26. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FERNANDO ALBERTO MILLER FERREIRA DA SILVA: -----**

----- Foi presente o processo de obras número 1.016/80, Fernando Alberto Miller Ferreira da Silva, residente na Avenida da Misericórdia, 25, 5.º esquerdo, em S. João da Madeira, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, não tendo sido requerida a emissão do alvará de licença respectivo, dever ser declarada a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 5, art.º 71.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março. -----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo. -----

20.12.2011

**----- 27. LICENCIAMENTO DE OBRAS/LUÍS DUARTE SOUSA – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS E CONSTRUÇÃO, LD.<sup>a</sup>, (LOUROSA DE CAMPOS, BURGO): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 01/2007, de Luís Duarte Sousa – Investimentos Imobiliários e Construções, Ld.<sup>a</sup>, com sede na Avenida da República 136, 1.º centro/esquerdo, em Paredes, acompanhado da informação da DGU a dar conta que o requerente não apresentou, dentro do prazo legalmente fixado, os correspondentes projectos das especialidades, pelo que, nos termos do n.º 2, art.º 20.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março, deve ser declarada a caducidade do licenciamento.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo.-----

**----- 28. LICENCIAMENTO DE OBRAS/FERNANDO AUGUSTO CORREIA FERREIRA CARDOSO, (ARAL, ESCARIZ):-----**

----- Foi presente o processo de obras número 78/06, de Fernando Augusto Correia Ferreira Cardoso, residente na Rua Conselheiro Correia Marques, 1, em Santa Maria da Feira, acompanhado da informação da DGU a dar conta que, não tendo sido requerida a emissão do alvará de licença respectivo, dever ser declarada a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 5, art.º 71.º, do Decreto-Lei número 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei número 177/01, de 4 de Junho, pela Lei 60/2007, de 4 de Setembro, e pela Lei número 26/2010, de 30 de Março.-----

----- Face àquela informação, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, declarar a caducidade do licenciamento a que se refere aquele processo.-----

**----- 29. LICENCIAMENTO DE OBRAS/BRUNO MANUEL BRANDÃO CHAVES, (NOGUEIRÓ, URRÔ):-----**

----- Foi presente o processo de obras número 150/2011, de Bruno Manuel Brandão Chaves, residente em Nogueiró, Urrô, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.758/DGU, em 15 de Novembro findo, a solicitar o licenciamento com vista a construir um muro de suporte, a levar a efeito no referido lugar.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU.-----

**----- 30. LICENCIAMENTO DE OBRAS/LAURINDA DA COSTA PINHEIRO, (ADRO, FERMEDO): -----**

----- Foi presente o processo de obras número 136/2011, de Laurinda da Costa Pinheiro, residente no lugar de Adro, freguesia Fervedo, acompanhado do requerimento registado sob o número 1.773/DGU, em 16

20.12.2011

de Novembro findo, a solicitar a alteração ao projecto de legalização de muro, aprovado por despacho de 26 de Outubro findo.-----

----- A Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, deferir o pedido, nos termos da informação da DGU. -----

----- **III — OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **31. REDE DE ESGOTOS/SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO GRANDE PORTO – SIMDOURO, S. A. – RELAÇÕES CONTRATUAIS:** -----

----- Tendo em conta que a Assembleia Municipal de Arouca, em sessão de 29 de Junho de 2007, autorizou a adesão do Município ao Sistema Multimunicipal de Saneamento do Grande Porto criado pelo Decreto-Lei número 260/2000, de 17 de Outubro, na redacção do Decreto-Lei número 312/2009, de 27 de Outubro, foi presente pelo senhor Presidente a proposta, que se dá aqui como reproduzida e a fazer parte integrante desta acta, no sentido da Câmara aprovar:-----

----- O memorando de entendimento para a exploração do sistema em alta, tendo como objectivo pormenorizar as condições de integração/exploração da rede de drenagem e tratamento de águas residuais em “alta”, até estar concluída a parceria de gestão da rede de drenagem de águas residuais em “baixa” entre o Município e a empresa Águas do Nordeste, S. A.;-----

----- O auto de entrega das infra-estruturas municipais de saneamento em alta pelo Município à SIMDOURO, S. A., contendo a identificação dessas infra-estruturas e do valor da compensação financeira, sem prejuízo da reserva do direito à compensação do custo dos projectos de execução das infra-estruturas, já reclamado, e da consequente alteração do valor previsto no n.º 1 da cláusula segunda;-----

----- A minuta de acordo de cedência de interesse público, nos termos do disposto no art.º 58.º da Lei n.º 12-A/2088, de 27 de Fevereiro, relativamente aos trabalhadores do Município que venham, mediante concordância expressa, a exercer funções na SIMDOURO, SA. -----

----- Porque este assunto não fazia parte da ordem de trabalhos, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na sua deliberação imediata, de modo a permitir a assinatura dos referidos documentos contratuais até ao final do ano em curso e a consequente entrega da exploração do sistema de saneamento em “alta” à SIMDOURO, S. A., a partir do início do próximo ano. -----

----- Após discussão do assunto, a Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar a proposta que antecede. -----

----- **32. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/CONSTRUÇÃO DO PÓLO ESCOLAR DE CANELAS – AUTO N.º 2:** -----

20.12.2011

----- Foi presente à consideração da Câmara o auto de medição de trabalhos número 2, referente à empreitada em epígrafe, no valor de €30.870,00 (trinta mil oitocentos e setenta euros), assunto este não incluído na ordem do dia.-----

----- Por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto de forma a permitir o registo e contabilização da factura correspondente no ano em curso.-----

----- A Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar aquele auto.-----

**----- 33. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DAS PRAÇAS E RUAS NO CENTRO HISTÓRICO DE AROUCA - REABILITAÇÃO DA ZONA H7 E TRAVESSA DA RIBEIRA – AUTOS N.º 8 E 9:-----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 8 e 9, referentes à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente €1.704,56 (mil setecentos e quatro euros e cinquenta e seis cêntimos) e €17.517,76 (dezassete mil quinhentos e dezassete euros e setenta e seis cêntimos), assunto este não incluído na ordem do dia.-----

----- Por proposta do senhor Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto de forma a permitir o registo e contabilização das facturas correspondentes no ano em curso.-----

----- A Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar aqueles autos.-----

**----- 34. AUTOS DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS/REQUALIFICAÇÃO DOS TROÇOS DECLASSIFICADOS DA EN 326/326-1 - TROÇO PIMENTA/ALTO DA ESTRADA (/KM 37,300/38,625) – AUTOS N.º 8 E 9:-----**

----- Foram presentes à consideração da Câmara os autos de medição de trabalhos números 8 e 9, referentes à empreitada em epígrafe, nos valores de, respectivamente €28.378,90 (vinte e oito mil trezentos e setenta e oito euros e noventa cêntimos) e €2.501,10 (dois mil quinhentos e um euros e dez cêntimos), assunto este não incluído na ordem do dia.-----

----- Aquando da apresentação deste assunto o senhor Presidente informou o executivo que nele tem interesse um seu familiar, pelo que deve ser declarado impedido de participar na sua discussão e votação.-----

----- Declarado o impedimento, assumiu a direcção dos trabalhos a senhora Vice-Presidente, Vereadora senhora Isabel Vasconcelos, nos termos do número 3, art.º 57.º, da Lei número 169/99, de 18 de Setembro.-----



20.12.2011

----- Por proposta da senhora Vice-Presidente, a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, reconhecer a urgência na deliberação imediata do assunto de forma a permitir o registo e contabilização das facturas correspondentes no ano em curso. -----

----- A Câmara deliberou, pela mesma votação e forma, aprovar aqueles autos. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

----- Finalmente a Câmara deliberou, decorrida votação nominal e por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4, art.º 93.º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro. -----

----- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. -----

----- Eram 19 horas e 10 minutos. -----

----- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que, achada conforme, vai ser assinada pelo senhor Presidente e por mim, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão de Administração Geral e Finanças que a redigi. -----